



Quando minar a democracia torna-se a prioridade do governo

INESC - Ana Cernov, Iara Pietricovsky e Nathalie Beghin

Introdução

Atualmente, avaliar os progressos do Brasil no ano de 2018 é um exercício desanimador. Em um país que tensionou seu Estado de Direito com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e que segue sofrendo com o impacto das políticas neoliberais e medidas de austeridade implantadas desde 2017, a situação já era alarmante o suficiente.

Uma das contribuições ao Relatório Luz da Sociedade Civil sobre o Brasil em 2018 - “A Ilusão de Promover os ODS sem um orçamento suficiente”¹ - claramente mostrava a deterioração das garantias aos direitos humanos trazidas pela falta de financiamento apropriado. Apontava que o progresso significativo alcançado na luta contra pobreza no Brasil de 2000-2013 estava sendo desfeito por “*uma série de medidas de austeridade prejudiciais e severas*” que “*foram geradas para lidar com déficits fiscais, mas que acabaram por aumentar as desigualdades sócio-econômicas na sociedade brasileira, impactando de forma desproporcional os grupos mais vulneráveis.*”

Essas rígidas medidas de austeridade chamaram a atenção de um grupo de sete Relatores Especiais da ONU, preocupados com o fato de que as ações em curso prejudicariam significativamente a capacidade do Brasil de cumprir suas obrigações e compromissos, inclusive “*a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, e em particular os Objetivos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11 (meta 11.1).*”²

INESC, juntamente com os parceiros Oxfam Brasil e CESR, conduziram uma [análise](#) no início de 2018 que mostrava que o teto para gastos sociais, introduzido pela Emenda Constitucional No95 de 2016, estava afetando desproporcionalmente as mulheres negras, os jovens e a camada mais pobre da população. Em vigor desde 2017, o teto de gastos congelou os gastos públicos por vinte anos, constitucionalizando a austeridade; governos eleitos futuramente terão que contar com maioria absoluta no Congresso para ajustar os investimentos em direitos humanos para além da inflação. Os impactos negativos desse congelamento de gastos seguem sendo registrados e a cada ano que passa, comprometem ainda mais a viabilidade de políticas públicas necessárias para atender os compromissos da Agenda 2030.

¹ Disponível em inglês em: <http://www.socialwatch.org/node/18072>

² Comunicado de Relatores Especiais da ONU ao governo brasileiro, maio de 2018
<https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Development/IEDebt/OL-BRA-4-2018.pdf>

Mas nada preparou a sociedade civil para o tipo de retrocesso que está experimentando com o novo governo que tomou posse em janeiro de 2019. Não apenas Jair Bolsonaro, seu gabinete e aliados estão alimentando os discursos anti-direitos e antidemocráticos que o elegeram, mas estão também talhando o caminho para a destruição da proteção dos direitos humanos, alcançada por meio da mobilização e do engajamento com a sociedade civil.

Antes de ser eleito, o presidente brasileiro atacou ONGs e movimentos sociais quando prometeu extinguir o ativismo no Brasil. Seu discurso inflamado provocou uma [resposta conjunta](#) de mais de três mil grupos e reafirmou a preocupação de que a sociedade civil se tornaria alvo de intenso escrutínio, mas também de críticas e agressões injustas. Como resultado, desde o período eleitoral, tem havido registros de sedes de sindicatos sendo repetidamente invadidas em cidades por todo o país e do aumento de defensores de direitos humanos em risco³. E o fortalecimento da narrativa de que organizações e movimentos sociais estão envolvidos em esquemas de corrupção e existem apenas para lucrar com o Estado fomenta a desconfiança da opinião pública nos benefícios para a democracia de se ter uma sociedade civil ativa e vigilante. Isso contribuiu para que nos últimos anos, quando a sociedade civil é atacada, falta apoio público. Por exemplo, as leis criminais eram e continuam sendo usadas para atingir ativistas, como a [Lei de Organizações Criminais](#) (2013) e a [Lei Antiterrorismo](#) (2016), com pouco ou nenhum escrutínio. Ambos foram usadas em acusações contra defensores do direito à terra.

Em resposta a seu próprio discurso, em seu primeiro dia no cargo, Bolsonaro autorizou, via [medida provisória](#) (MP 870/2019), tutela do governo sobre ONGs nacionais e internacionais, como parte da jurisdição da Secretaria Geral de seu gabinete, liderada pelo General Carlos Alberto dos Santos Cruz. A análise do ICNL sobre o Brasil para o seu [Monitor das Liberdades Civis](#) diz: *“A medida provisória no 870 estabelece que a Secretaria Geral tem a autoridade de “supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as atividades e ações de organizações internacionais e de organizações não-governamentais (ONGs) no território nacional”(Art. 5.11). Essa simples frase, repleta de termos vagos, gerou um alerta significativo na comunidade de ONGs no Brasil, particularmente, tendo em vista o [histórico](#) de declarações de Bolsonaro questionando a legitimidade do setor.”*

Outro obstáculo para a sociedade civil foi gerado como parte da celebração dos 100 dias de governo, em março de 2019. Nela, Bolsonaro revogou vários decretos, incluindo o que [criava](#) a Política Nacional de Participação Social de 2014, uma demanda e uma vitória da sociedade civil. Com uma assinatura (decreto [9759/2019](#)), o presidente reduziu a participação em [processos de tomada de decisão](#) e colocou [em risco](#) debates importantes e espaços de monitoramento de políticas como o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, Conselho Nacional da Biodiversidade, e muitos outros. Os Conselhos estabelecidos por lei não foram sujeitos dessa medida, mas ainda assim, uma dramática redução de conselhos foi anunciada - de cerca de 700 para 50.

³ Incluindo diversos acadêmicos e ativistas de alto perfil, como o ex-deputado federal Jean Wyllys que foi [forçado a abandonar](#) seu mandato após receber inúmeras ameaças de morte.

Como justificativa para essa decisão autoritária, foi culpada a sociedade civil, com uma declaração de que a medida estava sendo tomada para impedir o mau uso de fundos e prejuízos aos governos. Mas o maior resultado dela é a confusão jurídica e a insegurança do que será perdido ou não, na prática desfazendo diversas arenas de construção política - nas quais os conselhos, com ou sem participação da sociedade civil, são elementos-chaves. Sem mencionar que, a participação é um direito garantido na Constituição e não pode ser apagado.

A sociedade civil tem respondido firmemente à essas medidas todas do governo Bolsonaro. Para conter o decreto 9759/2019, a Associação Brasileira de ONGs - Abong, está [acionando](#) a Frente Parlamentar em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos, estabelecida a pedido e em aliança com 47 organizações e movimentos sociais representativos para criar uma plataforma de diálogo em defesa da democracia dentro da atual legislatura. Os congressistas ajudarão a questionar a validade do decreto presidencial. Além disso, há diversas campanhas em curso para ampliar a percepção dos perigos de se atacar a sociedade civil. “[Sociedade Livre](#)” tenta conscientizar para o fato de que a democracia está incompleta quando a sociedade civil não é livre, diversa e ativa e que uma das primeiras medidas de qualquer governo autoritário é reprimir e intimidar grupos organizados. Ativistas e lideranças da sociedade civil estão criando redes para conectar suas lutas e investindo em pesquisas e compartilhamento de informações, incluindo artigos de [opinião](#), mais do que nunca.

É sabido que, além de todos os impactos que essas ações do governo terão, o *modus operandi* atual também impactará gravemente o cumprimento de compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da agenda 2030 e de outros instrumentos internacionais de garantias de direitos humanos. Uma amostra tem sido a falta de respeito demonstrada frente a importantes articulações internacionais, desenvolvidas e mantidas pelo Brasil, na [retirada do país](#) do Pacto Global da ONU para Migração Segura, Ordenada e Regular, na desistência em [receber a COP-25](#), e na declaração de que a [Bíblia guiará](#) os votos do país na ONU. Combinando o desprezo do governo pela sociedade civil e pelas agendas de desenvolvimento internacional e direitos humanos, apesar do [compromisso](#) assumido previamente em apresentar um Relatório Nacional Voluntário no próximo [Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável](#) (HLPF na sigla em inglês), foi anunciado a um grupo de lideranças reunidos no [Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável](#) que essa garantia não seria cumprida.

O país avançou em criar mecanismos nacionais para monitorar os ODS, com o estabelecimento de um [prêmio](#) em 2018 para registrar boas práticas, uma [plataforma](#) online com dados disponíveis para as metas e indicadores internacionais, e um grande esforço em interpretar a [Agenda 2030 para o contexto nacional](#). No âmbito local, há [boas experiências](#), [esforços colaborativos](#) por parte de diferentes atores, mas com iniciativas sendo desenvolvidas de forma independente e não como parte de um movimento mais amplo. A agenda é vista como uma oportunidade para o planejamento de políticas públicas locais, mas não em toda parte e ainda depende massivamente do governo federal. Mas, sob a responsabilidade de seu motor principal,

o governo federal, toda e qualquer informação acerca dos esforços relacionados à agenda dos ODS, acaba abruptamente em dezembro de 2018.

É provável que os dados de monitoramento estivessem disponíveis e prontos para serem apresentados no HLPF, e ajudariam a preparar planos importantes de participação diversa para avançar a Agenda 2030 no Brasil.

Mas o atual governo também reconhece que a realidade de alguns meses atrás não pode retratar o que está sendo desenvolvido no Brasil atualmente e para acontecer nos próximos meses e anos. A ruptura entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019 trouxe não apenas uma mudança no calendário, mas também a destruição de políticas e estruturas com muito poucas pistas do que o que virá para substituí-las. Em questão de semanas, o Brasil foi dividido em dois países muito diferentes que não dialogam entre si. Qualquer previsão para o futuro do país, a médio e longo prazo, é difícil de apresentar em meio a um esforço tão grande de se promover caos e destruição como a principal direção da política.

A situação das ODS e os riscos eminentes

Levando em conta a situação atual, e o fato de que o governo, apesar de seu compromisso anterior, não apresentará um Relatório Nacional Voluntário no [próximo HLPF](#), este documento comentará a situação dos ODS em foco no Fórum, para contribuir com o debate, mas também para alertar sobre os riscos em relação ao progresso da Agenda 2030 e outros compromissos de direitos humanos assumidos pelo Brasil.

ODS 4 e o Brasil - A educação sob ataque⁴

Desde a aprovação da [Lei de Diretrizes e Bases da Educação](#), em 1996, a etapa obrigatória da educação básica no Brasil inclui o ensino fundamental e médio. E, desde então, houve um progresso significativo na primeira etapa da educação, que quase universalizou as vagas, mas o país ainda tem um longo caminho para alcançar as metas do ensino médio e alcançar as metas do ODS 4. Em 2014, um ano antes do lançamento da Agenda 2030, o Brasil aprovou um Plano Nacional de Educação (PNE) de 10 anos até 2024, com várias metas mais ambiciosas do que as metas acordadas no ODS 4. Se comparada aos planos brasileiros, a Agenda 2030 é um rebaixamento em termos de demandas de direitos humanos na educação, o que pode ser dito dos vários aspectos econômicos, sociais e culturais dos ODS em geral.

Mas a implementação de um plano, nacional ou internacional, sempre apresenta seus desafios. Enquanto a universalização da educação é importante, também é a qualidade do aprendizado. O Brasil criou mecanismos para melhorar o investimento por aluno e garante financiamento justo em todos os níveis de ensino, do berçário ao ensino médio. Mas esses parâmetros, considerados uma boa prática desenvolvida com o apoio da sociedade civil, estão em risco. A falta de transparência e o atual dismantelamento de mecanismos de monitoramento, por parte do

⁴ Uma análise completa da performance do Brasil perante o ODS 4 foi desenvolvida pela especialista em educação e assessora política do INESC, Dra. Cleo Manhas. Para ler o documento na íntegra, acesse: <https://drive.google.com/file/d/0B6F6mfCJWXDERVJJbzhKSnlkcnpQT2EpYVp6QUIJVeUY1d1Jv/view?usp=sharing>

governo, dificultam o acompanhamento adequado do que está sendo planejado em uma área que ainda requer importantes contribuições para o alcance de suas metas - nacional e internacionalmente.

E se o cenário já estava sombrio desde décadas e sendo agravado pelas medidas de austeridade imposta pela EC 95/2016 e aumento da opacidade na tomada de decisões, uma decisão governamental recente pode vir a mascarar a taxa de universalização de estudantes, sem controle sobre a qualidade da educação e bem-estar de crianças e adolescentes. O Brasil tem um terrível histórico de impunidade no alto número de casos de violência de gênero e violência doméstica. Mas em resposta ao lobby das igrejas evangélicas, o Brasil está se preparando para permitir a educação domiciliar no país. Esse é mais um exemplo de como números e estatísticas podem mascarar a realidade; se a universalização da educação for alcançada com essa modalidade de aprendizagem fora da escola, certamente não significará uma melhora na proteção dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil⁵.

Todas as metas relacionadas a esse ODS apresentam desafios. Mas no cenário atual, a meta 4.7⁶ está, mais do que outras, ameaçada por colidir com o atual discurso oficial. Estão sendo descartados o reconhecimento da necessidade de políticas específicas para abordar as desigualdades, o incentivo ao acesso às escolas e universidades pela população negra, a luta contra o racismo institucional e contra a LGBTfobia. Estão sendo discutidas e implementadas propostas como: Escolas Sem Partidos Políticos para supostamente combater a doutrinação comunista nas escolas, a militarização de escolas públicas⁷, a redução drástica do financiamento à universidades que não estão censurando seus programas para alinhar com o discurso oficial e o abandono de programas para continuidade da educação. Sem mencionar os múltiplos casos de professores sendo assedados nas salas de aula por discutir direitos humanos e ciências.

Em risco não estão apenas o PNE nacional e as metas previstas para o ODS 4, mas os ganhos trazidos pelo sistema educacional reconstruído após o fim da ditadura.

ODS 8 e o Brasil - A Reforma Trabalhista Reduz Direitos

Em 2018, o PIB brasileiro manteve a taxa de crescimento de 2017, aumentando apenas 1,1%. A previsão do FMI para o país havia sido maior, em 1,9%, mas ainda insuficiente para recuperar as perdas de 2015 e 2016, com uma queda combinada do PIB de mais de 7%⁸. Mas as instituições bancárias operando no país continuaram quebrando recordes de lucro, algo que está se tornando uma norma. Em 2018, o lucro dos bancos cresceu 17%, para R \$ 98,5 bilhões, o maior desde

⁵ Leia mais a respeito em: <https://www.inesc.org.br/educacao-publica-numa-democracia-moribunda/>

⁶ Meta 4.7: Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

⁷ No Distrito Federal, 4 escolas públicas foram militarizadas e outras 36 estão sendo preparadas para adotar um código de disciplina rígido como proposta pedagógica.

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/02/12/interna_cidadesdf,736879/projeto-de-militarizacao-de-escolas-pode-ser-estendido-a-36-unidades.shtml

⁸ 2015: PIB decaiu 3,5% e em 2016, diminuiu 3,6%, de acordo com o IBGE.

1994; e para 2019, as previsões também são benéficas para o setor. No entanto, esses ganhos não estão se traduzindo em crescimento sustentável e emprego para a maioria dos brasileiros.

A necessidade de se concentrar na recuperação econômica foi a justificativa para uma reforma trabalhista aprovada em 2017 e que está impactando os grupos mais vulneráveis no país. A recuperação também foi a justificativa para o atual governo decidir não aumentar o salário mínimo⁹ para além da taxa de inflação¹⁰. Entre 2003 e 2014, o salário mínimo aumentou 76% em termos reais, sendo um dos alicerces dos ganhos sociais que o Brasil experimentou. Embora o país seja atualmente a 8ª maior economia do mundo, cerca de [50% da população](#) vive com menos que o salário mínimo. Com redução de renda, vem o consumo reduzido, que impactará o crescimento do PIB do país, deixando claro que o discurso não condiz com o real interesse dessa reforma: aumentar os lucros para os negócios em detrimento dos trabalhadores.

Além de não valorizar uma política reconhecida de redução da pobreza e da desigualdade a partir dos salários, a reforma trabalhista trouxe também o desmantelamento das leis trabalhistas brasileiras que garantiam os direitos dos trabalhadores com contratos formais. Um ano após a aprovação dessa reforma, a taxa média de desemprego em 2018 foi a mais alta em sete anos para 13 das 27 capitais do país e uma média nacional de 12,3%, segundo dados do IBGE, de 12,7% em 2017. Em 2019, o cenário se mantém e, no trimestre encerrado em março, o [desemprego aumentou](#) e chegou a 12,7% - 13,4 milhões de brasileiros. Para os jovens, o cenário é ainda pior, a taxa de desemprego tende a ser cerca de duas vezes maior que a média nacional. Raça e gênero também impactam a empregabilidade. Mais de 60% dos desempregados são negros ou pardos e cerca de 51% são mulheres. E mesmo quando empregadas, as mulheres ainda ganham [20,5% menos](#) que os homens quando exercendo a mesma função e tendo as mesmas responsabilidades.

Antes da reforma trabalhista, a legislação brasileira proibia a terceirização de tarefas que eram fins para um negócio. Uma vez eliminada essa proteção, o número de pessoas contratadas com contratos temporários, terceirizados e intermitentes aumentou e os sindicatos foram enfraquecidos, uma vez que suas receitas - um percentual em cada contrato formal - caíram 86%. Como consequência, o número de processos judiciais relativos à negligência trabalhista foi drasticamente reduzido, não significando que as empresas não estão mais violando os direitos trabalhistas, mas demandar direitos judicialmente, com o apoio de um sindicato, tornou-se muito mais difícil.

O trabalho infantil ainda é um desafio para o Brasil, assim como no mundo, com a tendência de crescimento demonstrada em pesquisas desde 2013. Os dados mais recentes, da PNAD Contínua de 2016 do IBGE, mostram 2,7 milhões de crianças e jovens de 5 a 17 anos trabalhando irregularmente - 5% da população nessa faixa etária. O mesmo acontece com as formas contemporâneas de trabalho escravo, com 1.700 casos revelados em todo o Brasil em 2018. Desde 1995, o país desenvolveu importantes políticas, reconhecidas internacionalmente, para conter o número de trabalhadores sujeitos a trabalho degradante e forçado. Mas em 2017, um [apelo urgente](#) foi enviado a Relatores Especiais da ONU solicitando apoio para reverter os

⁹ De acordo com o DIEESE, o salário mínimo adequado para o Brasil, a fim de atender as necessidades básicas, deveria ser de R\$ 3.928,73, quatro vezes o valor do salário mínimo atual.

¹⁰ O governo atual definiu o salário mínimo em R\$ 1.040,00 para 2020, um aumento de apenas R\$ 42,00 do valor de 2019.

ataques ao sistema brasileiro de identificação e combate dessa forma de trabalho indigno. A ONU e a sociedade civil pressionaram com sucesso o governo para manter a publicação da “Lista Suja” dos empregadores que se utilizam de trabalho análogo ao trabalho escravo, com uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Esse importante instrumento político continuará sendo publicado a cada seis meses¹¹, mas com a assinatura do Decreto 9759/2019, que restringe a participação, essa área de política também pode ser profundamente afetada. A Conatrae - Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, responsável pelo monitoramento da execução das políticas governamentais de combate às formas contemporâneas de escravidão, pode ser extinta.

A destruição dos arranjos que garantem participação, juntamente com o crescente ataque aos órgãos estatísticos, dificultará ainda mais o acompanhamento dessa vasta área de políticas que têm impacto direto sobre a redução da pobreza e a desigualdade.

ODS 10 e o Brasil - Os Ganhos Contra a Desigualdade Foram Perdidos

Rapidamente o Brasil está testemunhando a importante redução da desigualdade, alcançada entre 2003 e 2015, desaparecer no ar.

Desde dezembro de 2016, um limite para gastos sociais foi imposto pela Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos federais por 20 anos, adicionando apenas a correção da taxa de inflação. *“Três anos depois dessa medida, está claro que as políticas de austeridade não estão dando certo. Em 2018, o PIB foi 5% menor do que em 2014, e o desemprego aumentou de 4,8% em 2014 para 12,3% em 2018. Apesar de cortes drásticos no orçamento, o déficit fiscal e a dívida pública aumentaram devido ao declínio da atividade econômica e renda fiscal. Como resultado, os dados indicam que as medidas de austeridade introduzidas pelo governo foram contraproducentes”*¹². Como resultado, a redução da desigualdade de renda foi interrompida em 2017, pela primeira vez em 15 anos¹³.

No final de 2017, o Brasil tornou-se o 9º país mais desigual do mundo - com a renda dos 1% mais ricos da população sendo 72 vezes maior que os 50% mais pobres. E com 7,2% da população, 15 milhões de pessoas vivendo em extrema pobreza¹⁴. Foi o terceiro ano consecutivo de crescimento da pobreza¹⁵ e prova de que os mais ricos estão ficando mais ricos e os mais pobres estão ficando mais pobres. Sem contar que, pela primeira vez em 23 anos, a renda das mulheres foi reduzida, se comparada aos homens, de 72% para 70% e as diferenças salariais entre brancos e negros aumentaram, com o último grupo recebendo em média 53 % da renda dos brancos, contra 57% em 2016.

¹¹ A edição mais recente da Lista Suja foi [publicada](#) em abril de 2019.

¹² <https://www.opendemocracy.net/en/oureconomy/why-brazils-permanent-austerity-policy-harming-its-economic-future/>

¹³ De acordo com estudo da Oxfam Brasil - <https://www.oxfam.org.br/pais-estagnado>

¹⁴ Utilizando a Linha da Pobreza Internacional do Banco Mundial de US\$ 1.90 por dia, e referência para medição da pobreza extrema. Desde 2017, para países de renda média, a linha da pobreza é considerada no valor de US\$ 5.50 ao dia.

¹⁵ <https://g1.globo.com/natureza/blog/amelia-gonzalez/post/2018/09/03/nos-ultimos-tres-anos-mais-seis-milhoes-na-extrema-pobreza-e-mais-desigualdade.ghtml>

A sociedade civil vem recomendando há anos a necessidade de uma reforma tributária¹⁶ como resposta para enfrentar as desigualdades estruturais, já que o sistema brasileiro é extremamente regressivo¹⁷. Mas, em vez de reformar a estrutura tributária, uma reforma da previdência social está sendo negociada no Parlamento. A proposta, preparada pelo ultraliberal ministro das Finanças, com amplo apoio do setor empresarial e financeiro, reduzirá substancialmente a proteção aos mais pobres e vulneráveis. Em um país com altos níveis de informalidade e envelhecimento da população, o aumento da demanda por aposentadorias reduzirá o número de trabalhadores qualificados para se aposentar e afetará especialmente as mulheres mais pobres.

Outro revés significativo é a crescente retórica anti-imigração e ações que a seguem. Em 2017, o Brasil deu um importante passo em frente ao aprovar uma nova lei de migração ([13.445 / 2017](#)) que teve ampla participação da sociedade civil e de grupos de migrantes para ajudar a moldar uma regulamentação baseada na proteção dos direitos humanos. Por isso e seu tradicional engajamento nos fóruns multilaterais, o Brasil também foi muito ativo na construção do [Pacto Global da ONU para a Migração Segura, Ordenada e Regular](#), processo finalizado em dezembro de 2018. O acordo contém compromissos não vinculantes para avançar a proteção humanitária e de direitos humanos a migrantes, como acesso a serviços básicos, e abordar questões de grande benefício para as comunidades brasileiras residentes no exterior, como a promoção de remessas mais rápidas, seguras e baratas e a geração de mecanismos para garantir a portabilidade dos direitos e benefícios previdenciários.

Ignorando o arcabouço jurídico existente no país e o benefício para os brasileiros que vivem no exterior, o presidente Bolsonaro anunciou em janeiro de 2019 que o Brasil se retiraria do Pacto das Nações Unidas com falsas acusações de que prejudicaria a soberania do país. Se ele tivesse visto os dados e lido o documento da ONU, saberia que fazer parte do Pacto não traria riscos, pois existe no Brasil uma legislação que regulamenta a entrada e o estabelecimento de estrangeiros em seu território, e o Pacto nunca autoriza migração indiscriminada, mas coordena políticas locais e diretrizes internacionais, que afetam os fluxos migratórios que vão além dos territórios e competências nacionais.

ODS 13 e o Brasil - Sem fazer sua parte na crise global

O Brasil percorreu um longo caminho desde que sediou a [Cúpula da Terra de 1992](#) (Eco 92)¹⁸, a [Rio + 20](#), e plantou as sementes para o desenvolvimento da Agenda 2030 e seus compromissos. Em novembro de 2018, o país [anunciou](#) que iria sediar a Conferência das Nações Unidas sobre

¹⁶ Leia análises do INESC a respeito em:

<https://www.inesc.org.br/en/as-implicacoes-do-sistema-tributarios-brasileiro-nas-desigualdades-de-renda/>,

<https://www.inesc.org.br/en/news/2017/march/7-reasons-why-we-need-taxjustice-for-women2019s-rights> e

<https://www.inesc.org.br/en/news/2016/february/taxes-on-trial-how-trade-deals-threaten-tax-justice> e suas contribuições para a Rede de Justiça Fiscal <https://www.taxjustice.net>

¹⁷ O Brasil possui um sistema tributário regressivo e com o consumo duramente taxado, o que faz com que os ricos paguem menos impostos proporcionalmente. Se comparado aos países da OCDE, o Brasil é um dos que menos taxa seus cidadãos sobre renda e bens. Enquanto a cada R\$ 1 coletado em impostos, 0,22 centavos provém de imposto de renda e bens taxados, a média dos países da organização recebe 0,40 centavos, e em comparação, os EUA coletam 59,4% em taxação de renda e bens.

¹⁸ A Cúpula da Terra de 1992 gerou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC na sigla em inglês), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) United Nations Convention on Biological Diversity (CBD na sigla em inglês) e 20 anos mais tarde, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - a Rio+20.

Mudanças Climáticas de 2019 - COP 25, apenas para, poucos dias depois, o presidente eleito cancelar o compromisso, culpando restrições orçamentais¹⁹. Durante sua campanha, Bolsonaro ameaçou retirar o Brasil do Acordo de Paris e escolheu como ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, que declarou repetidamente que mudanças climáticas são um dogma de esquerda. Além disso, seu ministro do Meio Ambiente não é especialista e, durante seu mandato na Secretaria de Meio Ambiente do governo do Estado de São Paulo, foi acusado de corrupção por facilitar licenças ambientais para empresas. Com a seleção de seus membros do gabinete, ameaças ao acordo internacional mais importante em relação à mudanças climáticas e desistindo de sediar uma COP, o Brasil - que durante décadas construiu um papel de liderança nos debates sobre desenvolvimento sustentável, se retrai.

No entanto, o que parecia indiferença está demonstrando ser outra coisa. Para responder aos interesses do agronegócio, do setor de mineração e energia, do setor de construção e de madeireiros, para citar alguns, é que os sistemas de proteção ambiental estão sendo dilacerados. Além de negligenciar compromissos internacionais, Bolsonaro também organizou seu Ministério do Meio Ambiente em coordenação com o Ministro da Agricultura, [transferindo](#) o Serviço Florestal Brasileiro para o posterior, bem como as decisões sobre a titulação de terras indígenas²⁰ (posteriormente revertida por pressão popular). Nos primeiros meses de governo, seu filho senador apresentou [um projeto de lei](#) para suprimir a necessidade de preservar a vegetação nativa em propriedades rurais, parte essencial do disputado [Código Florestal](#), e seus outros aliados no Congresso apresentaram 25 projetos de lei que privam os povos indígenas de seus direitos²¹ e frequentemente atacam direitos indígenas como privilégio e um obstáculo para o progresso e o crescimento. A mesma alegação é feita frequentemente por grupos ambientalistas, criticando e tentando conter a mineração e a agricultura indiscriminadas.

Mas o [desmatamento encerrou 2018 em alta](#), no nível mais alto em 10 anos - 7.900 quilômetros quadrados para o ano encerrado em 31 de julho de 2018, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, um aumento de 14% sobre o mesmo período de 2017 e 41% acima da meta oficial de desmatamento. Dado o desrespeito pela ciência e pelo favoritismo aos lobbies da agricultura e da mineração, é muito provável que esse número cresça ainda mais em 2019 e nos anos seguintes. Uma amostra são os dados referentes a áreas de conservação - parte do compromisso do Brasil com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), que foram retirados da internet e não estão mais disponíveis para consulta pública e afetarão o zoneamento e titulação de terras.

O problema com essa retórica e ações em relação ao meio ambiente é que justificam os ataques àqueles que defendem os direitos à terra. Ataques relacionados a [conflitos de terra já aumentaram em 2019](#) e se os números de 2018 são uma indicação do que está por vir, o futuro é desanimador.

¹⁹ À época do anúncio, não havia restrição orçamentária aparente que impedisse a realização da COP, contudo, em maio de 2019, o ministro do meio ambiente ordenou o bloqueio de 95% dos fundos dedicados à questões climáticas no ministério. <https://oglobo.globo.com/sociedade/ministerio-do-meio-ambiente-bloqueia-95-da-verba-para-clima-23646502>

²⁰ A Funai foi alocada dentro do Ministério de Direitos Humanos, mas sem poder. Em maio de 2019, voltou a integrar ao Ministério da Justiça e a ter a possibilidade de demarcar terras indígenas.

²¹ <https://www.theguardian.com/world/2019/apr/24/brazil-indigenous-people-bolsonaro-protest>

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra em seu [relatório anual](#) sobre 2018, “960.630 pessoas estavam envolvidas em conflitos em comparação com 708.520 pessoas em 2017, um aumento significativo de 35,6%.” e segue: “2018 teve uma queda substancial no número de assassinatos. Um declínio de 71, em 2017, quando houve 5 massacres, para 28 em 2018. A CPT observou que os anos eleitorais tendem a diminuir nesse tipo de violência. No entanto, 2019 já indica um aumento no número de assassinatos. O total registrado até agora já representa 40% das mortes registradas em 2018.”

O Brasil possui as evidências científicas, a infraestrutura jurídica e política, a sociedade civil ativa e as propostas centradas nas pessoas para corrigir os erros do passado e se desenvolver de forma sustentável e duradoura. Contudo, o atual governo finge que esses recursos não existem e prefere se apegar a idéias ultrapassadas que terão consequências terríveis para as futuras gerações.

ODS 16 e o Brasil - Na direção contrária de justiça, paz e instituições eficazes

Em 2018, o Brasil ratificou o [Tratado sobre Comércio de Armas](#) e assinou o [Acordo de Escazú](#) sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe, ainda requerendo ratificação. Em 2017, o país passou pelo 3o ciclo da Revisão Periódica Universal ([RPU](#)) no Conselho de Direitos Humanos da ONU, aceitando todas menos 4 das 246 recomendações recebidas, muitas delas relacionadas à segurança e à plena ratificação dos compromissos de direitos humanos. Nesta área de políticas, como em todas as áreas dos ODS, os cortes orçamentários e as [medidas de austeridade](#) cobraram seu preço.

Mas para aumentar os desafios históricos que o Brasil enfrenta em segurança, a [retórica anti-direitos](#) do presidente Jair Bolsonaro reforça as ameaças²² às políticas relacionadas ao ODS 16. O Brasil já tem o [recorde mundial](#) de [homicídios](#)²³ - um número 30 vezes maior do que a Europa, e contra a opinião de especialistas, a fim de cumprir uma promessa de campanha, em janeiro de 2019, o presidente afrouxou as leis de [controle de armas](#), o que provavelmente aumentará esse terrível registro de homicídios. A tendência já foi capturada nos primeiros meses de 2019, com aumento de [mortes](#) e [femicídios](#)²⁴.

E em vez de gerar políticas públicas que [coibam](#) a [letalidade policial](#) e a impunidade, como sugerem especialistas da sociedade civil e acadêmicos, ou que possam reduzir o encarceramento em massa, já que o Brasil tem a [3ª maior população carcerária do mundo](#), o governo decidiu ir na direção oposta. Está investindo em um [pacote anti-crime](#) condenado ao fracasso e ao aumento da desigualdade racial, já que os [mortos](#) e [encarcerados](#) são na maioria negros ou pardos.

²²<https://www.inesc.org.br/en/direitos-humanos-para-humanos-direitos-a-construcao-de-inimigos-e-a-legitimacao-da-violencia-es-tatal/>

²³ Foram 63.880 pessoas assassinadas em 2017, de acordo com dados do [Fórum Brasileiro de Segurança Pública](#)

²⁴ Apenas entre janeiro e março deste ano, foram registrados alarmantes [435 casos](#), levando a [Comissão Interamericana de Direitos Humanos](#) a instar o governo brasileiro a “fortalecer os mecanismos de prevenção e proteção com vistas a erradicar a violência e a discriminação contra as mulheres em nível nacional, de forma coordenada e contando com recursos institucionais e financeiros adequados.”

Esse pacote anticrime faz muito pouco para coibir outra área em que o Brasil está se saindo terrivelmente mal: combate a corrupção. Atualmente, o país ocupa o 105o lugar, entre 180 países analisados pelo [Índice de Percepção de Corrupção](#). E não apenas isso, mas novamente, contra a opinião de especialistas, há em curso tentativas de encerrar os esforços de controle social, aumentando a opacidade e o sigilo em torno dos processos decisórios governamentais.

A Lei de Acesso à Informação (LAI) de 2011 estabeleceu que apenas o presidente, vice-presidente, ministros de Estado, comandantes das Forças Armadas e chefes de missões diplomáticas permanentes teriam o poder de impor sigilo a documentos por períodos de 15 ou 25 anos. Em janeiro de 2019, uma medida tentou [restringir a lei](#) concedendo a mais de 200 servidores públicos a oportunidade de restringir o acesso a documentos públicos. Ela foi rapidamente retirada após protestos, mas o que acadêmicos e jornalistas que utilizam a LAI tem relatado é que poucas respostas estão sendo dadas, porque - entre outras coisas - o governo não atualizou as informações dos membros do gabinete nos sistemas eletrônicos e, portanto, a transparência nos cronogramas dos ministros não está sendo aplicada. Muitas reuniões importantes estão sendo divulgadas via mídia, e não informações que deveriam ter sido disponibilizadas publicamente pelo próprio governo.

Para piorar para quem quer monitorar o que o governo está fazendo, com um único decreto - [9759/2019](#) - a Política Nacional de Participação foi extinta colocando em risco arranjos de participação estabelecidos desde o início dos anos 90. [Esses](#) não são apenas [espaços onde a sociedade civil](#) pode dialogar com o governo formalmente, mas muitos compõem aspectos-chave dos arranjos decisórios. O principal resultado dessa decisão autoritária²⁵ é uma insegurança geral sobre como o direito constitucional de participação será implementado, mas também como as principais áreas de política serão levadas à cabo sem partes importantes do quebra-cabeça.

A sociedade civil e os funcionários públicos ainda estão tentando entender o impacto total do desmantelamento dos arranjos de participação,²⁶ combinados com os constantes ataques à imprensa, a remoção de informações públicas da internet e o aumento de ataques a órgãos geradores de dados, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo Censo, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e dados relacionados aos ODS. O caráter antidemocrático dessas medidas certamente afetará todas as áreas de implementação do SDG 16 - em seu papel facilitador - além da Agenda 2030 e outros compromissos.

ODS 17 e o Brasil - Um passo adiante, vinte para trás²⁷

Em termos da cooperação internacional, o Brasil manteve boas relações com o FMI, o G-20 e a OCDE, além da OMC e do apoio aos termos de sua Rodada de Doha. Como parte do engajamento com os outros países do BRICS, o Brasil [assinou um acordo](#) em julho de 2018 para

²⁵<https://www.inesc.org.br/extincao-de-conselhos-reforca-ideia-de-estado-autoritario-e-nao-publico/>

²⁶ Dois dos partidos de oposição - PT e PSOL - realizaram pedidos para que o Judiciário anule o decreto 9759/2019 e que considere essa medida ilegal

(<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-04-15/pt-e-psol-entram-com-acao-contra-decreto-de-bolsonaro-que-extingue-conselhos.html>).

²⁷ Com informações a partir da análise publicada no relatório The Reality of Aid 2018 - <https://bit.ly/2RoUSJo>

sediar um escritório regional do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) em São Paulo e ajudou a impulsionar na Assembléia Geral da ONU a concessão do [status de observador ao NDB](#). Ao final de 2018, o relatório sobre a cooperação internacional no Brasil elaborado pelo Ipea - [Cobradi](#), mostrou que o Brasil aumentou o volume de contribuições para a cooperação para o desenvolvimento. Mas os dados referem-se ao período 2014-2016 e ainda não foram analisados para o período de 2016-2018. Provavelmente não haverá mudanças dramáticas nos dados, apesar do período refletir um governo distinto, sob o presidente Michel Temer. O principal desafio é que, apesar de mobilizar mais de 500 esferas dentro do governo brasileiro e fazer parte de 180 organizações e comissões internacionais, a cooperação internacional desenvolvida pelo país nunca teve seus termos definidos em lei. E quando as prioridades mudam, o impacto pode ser enorme e imensurável, como estamos vendo em 2019.

A melhoria dos índices socioeconômicos trouxe novos papéis na cooperação para os países da América Latina e Caribe. Inúmeros artigos e painéis discutiram o ajuste do Brasil ao papel de destinatário e doador, incluindo o caminho para alcançar esse status de ator global, ao lado de seus colegas do [BRICS](#). Sua pretensão a esse espaço era legítima, com sua forte política externa baseada nas relações Sul-Sul, defesa do multilateralismo e, domesticamente, garantindo bons resultados por meio de programas de inclusão social. Mas esse espaço, que o Brasil tanto desejava, foi construído sobre uma base instável. Dependia do sucesso econômico calcado nos altos preços de commodities, com parcela significativa dos recursos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa atuação estava também fortemente ligada a um líder popular e carismático, o presidente Lula, sem que houvesse outra liderança que pudesse ocupar esse espaço após o término de seu mandato. Nesse período, a sociedade civil brasileira acompanhou ativamente a política externa e criticou duramente sua falta de transparência nas práticas de cooperação, bem como as muitas contradições²⁸ entre as políticas domésticas e internacionais.

Embora o governo tenha testado seus novos papéis na cooperação internacional, como resultado do ciclo de crescimento²⁹ da década de 2000, a sociedade civil brasileira sofreu cortes no financiamento da cooperação internacional. Embora a dependência do financiamento externo tenha sido enormemente reduzida, a relação de movimentos e organizações sociais com a cooperação internacional ainda desempenha um importante papel de apoio multifacetado que está além do financeiro, é também técnico e político. A redução ou a saída desses parceiros estratégicos do Brasil enfraqueceu a sociedade civil organizada - que havia sido responsável pela maioria das ações de fortalecimento das capacidades culturais e políticas e que provocaram o retorno à democracia após o período da ditadura.

²⁸ Um exemplo foi o disputado projeto [ProSavana](#) em Moçambique, uma iniciativa de cooperação triangular com o Japão, onde a retórica do desenvolvimento e sua prática não se adequavam. O programa de longo prazo (30 anos) foi construído com o pressuposto de que os modelos do grande agronegócio e da agricultura familiar poderiam coexistir, algo que não foi possível no Brasil e que é fonte histórica de conflitos em zonas rurais. Esse modelo desigual e falho, que causa no Brasil os tristes recordes de campeão de assassinatos de defensores/as do direito à terra e do uso de pesticidas, foi exportado para Moçambique, com todas as más consequências que eram previstas pelas sociedades civis brasileira e moçambicana, como por exemplo as [dificuldades para que os pequenos produtores](#) possam manter suas terras.

²⁹ O Brasil ultrapassou o Reino Unido como a 6ª maior economia do mundo em 2012, o que criou empecilhos para justificar a cooperação europeia no país, tanto para o governo quanto para os atores da sociedade civil.

O que o exemplo brasileiro mostra é que as conquistas da inclusão social são frágeis. Requerem uma proteção substancial e vigilante dos governos e da sociedade civil. Em 2012, o Brasil estava sendo celebrado por ter a sexta maior economia do mundo. Em 2014, seu nome foi removido do Mapa da Fome da ONU pela primeira vez. Mas desde 2016, luta para não ser inserido no Mapa da Fome novamente e está lidando com um declínio acentuado em todos os seus indicadores sociais, uma vez celebrados em todo o mundo. Infelizmente, esta tendência é evidente em toda a América Latina³⁰. Mais de 2,7 milhões de pessoas retornaram à pobreza durante o período de 2014-16. Uma década atrás, a cooperação internacional declarou a maior parte da região rica o suficiente para ver uma redução nas parcerias. Mas sem a pressão proporcionada por essas parcerias, os direitos humanos foram comprometidos pelos governos e parlamentos, especialmente para os grupos mais vulneráveis: mulheres, jovens, LGBTI, afrodescendentes e povos indígenas e, inversamente, os fundamentalismos foram fortalecidos. Essa tendência contribuiu, juntamente com outros fatores, para a eleição de Bolsonaro à presidência em 2018.

Enquanto seu discurso de ódio ataca ativistas e tenta desarticular arranjos de participação, qualquer debate sobre desenvolvimento duradouro e um futuro sustentável requer envolvimento da sociedade civil. Especialmente porque, com o novo governo, novas prioridades virão e, neste momento, mais do que nunca, monitoramento público sobre as ações do governo será necessário.

Antes mesmo de assumir o cargo, Bolsonaro declarou o desejo de que o Brasil cortasse seus laços com a ONU, considerada por ele inútil. Mas, exceto pelo desprezo pelo globalismo e pela ONU, e pela sociedade civil, pouco se sabe sobre o futuro da cooperação internacional para o Brasil, além de seu alinhamento automático declarado com os EUA. E essa posição já mostrou que haverá um custo; para pagar pelo apoio dos EUA à ambição do Brasil de se tornar um membro da OCDE, uma reivindicação de longa data da diplomacia brasileira, o governo desistirá de seu status de [tratamento especial na OMC](#) concedido a países em desenvolvimento. Detalhes dessas mudanças ainda estão indefinido.. E o mesmo provavelmente acontecerá com o status especial do Brasil junto à União Europeia.

Em abril de 2019, o país anunciou também a [saída do tratado](#) que criou a [Unasul](#) - União das Nações Sul-Americanas, formalizada em 2008.

Além do desapareço em relação à cooperação e aos compromissos previamente estabelecidos, outra área de políticas impactará fortemente a capacidade do Brasil de cumprir os compromissos relativos a este ODS 17 e à Agenda 2030 em geral: o ataque à produção de dados. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em particular tem sido altamente criticado pelo presidente e seu gabinete desde que assumiu o cargo em janeiro de 2019. Há reivindicações de que o trabalho do órgão é ideológico e feito para prejudicar o governo. Um precedente perigoso está sendo estabelecido no Brasil. *“A produção de dados e informações sobre um país é um dos principais alvos de governos autoritários, extremistas ou geralmente antidemocráticos; governos que não coexistem com o contraditório.”*³¹ Dados produzidos por instituições brasileiras são reconhecidos por sua qualidade e consistência em séries históricas, e ajudam a

³⁰<https://www.elespectador.com/economia/cepal-advierte-que-america-latina-incumplira-agenda-de-desarrollo-de-la-onu-articulo-852076>

³¹ <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Erasing-a-country/4/43480>

monitorar políticas públicas e compromissos internacionais. Ao invés de melhorar a medição dos progressos realizados, este governo desacreditará e provavelmente esconderá dados que mostrariam que sua retórica e ações não estão melhorando, mas sim piorando a vida dos brasileiros.

Considerações Finais

Nunca a mobilização da sociedade civil provou ser tão crucial. Vários dos recentes retrocessos revertidos o foram devido a intensos protestos de organizações e movimentos sociais, como tem sido historicamente. O processo de reconstrução após o período da ditadura (1964-1985) foi liderado pela vibrante e diversificada sociedade civil brasileira, origem da maioria das boas práticas e políticas que acabaram protegendo os direitos humanos nos últimos trinta anos.

Não surpreendentemente, os antigos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) foram considerados uma regressão em seu tempo, com a contração do desenvolvimento em apenas oito metas, se comparados à riqueza de direitos sendo discutidos e políticas propostas por movimentos e organizações sociais no Brasil. A Agenda 2030 foi considerada um passo adiante por seu alcance muito mais amplo e pelo fato de ter aumentado o nível de comprometimento dos Estados-Membros da ONU, levando à *“construção de consenso pelos Estados nacionais em torno de alguns valores civilizacionais e proteção de direitos, que não podem ser ignorados.”*³² Mas já no início da implementação dos ODS, foi identificado que o Brasil provavelmente não conseguiria cumprir os compromissos acordados. A diferença é que, dois ou três anos atrás, era simplesmente uma questão de falta de financiamento adequado e vontade política para mudar as políticas fiscais e econômicas, não priorizando a garantia de direitos. Hoje, continuamos afirmando que o Brasil provavelmente não conseguirá cumprir os compromissos com os ODS, mas, somado à falta de financiamento adequado, é uma questão muito maior: a destruição de suas instituições.

Em um curto período de tempo, o governo que está no poder desde 1º de janeiro de 2019, não mediu qualquer esforço para dismantelar os arranjos democráticos. Mesmo nos discursos, por opção ou por ato falho, o presidente afirmou que seu governo tem que *“desconstruir, desfazer muitas coisas antes mesmo de começar”* e, orgulhosamente, completou: *“Estou feliz em ser o ponto de virada”*.³³

Ao assumir o papel de desconstrutor e encorajar seu gabinete a destruir o que já existia, este governo está descartando importantes ganhos e direitos conquistados com a mobilização da sociedade civil. Agindo como se esses direitos estivessem ligados à política partidária ou a uma certa ideologia, Bolsonaro retira da sociedade a oportunidade de oferecer uma vida digna a mais brasileiros. Ao investir em discursos de ódio, ele também aprofunda a divisão em nossa sociedade, algo semelhante ao que estava presente quando a ditadura militar começou no país.

³² <http://www.socialwatch.org/sites/default/files/2017-SR-BRAZIL-eng.pdf>

³³ <https://oglobo.globo.com/mundo/antes-de-construir-preciso-desconstruir-muita-coisa-no-brasil-diz-bolsonaro-nos-eua-2353079>

O Brasil está em uma terrível interseção e, aparentemente, Bolsonaro e seus apoiadores estão pegando a estrada de volta ao passado, em vez de tomar as medidas para avançar para um futuro sustentável. Portanto, não há caminho para o cumprimento da Agenda 2030, além de voltar a lutar por questões muito simples que a sociedade civil talvez acreditasse que estavam garantidas: que os direitos humanos são inerentes a todos os seres humanos - independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outro status, e que todos sejamos vistos como humanos e não apenas como inimigos. E como esse é o governo da desconstrução, e procedimentos de participação e transparência estão sendo destruídos, há muita incerteza sobre o que brasileiros e brasileiras devem esperar para os próximos meses e anos. Há apenas uma certeza: será necessária uma ampla rede solidária e internacional, talvez mais do que nunca.